

**“AS PESSOAS ACHAM QUE AQUI SÓ TEM BANDIDO, PROFESSORA!”:
APRENDER HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM (E A PARTIR DE)
UMA PERIFERIA**

Cícera Tamara Graciano Leal da Silva Fernandes
Secretaria Municipal de Educação de Natal – RN
tamarahist@gmail.com

Introdução

Este trabalho relata parte dos resultados obtidos a partir de uma pesquisa apresentada como conclusão do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de História (ProfHistória), núcleo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FERNANDES, 2018). A frase que abre o título foi proferida por uma estudante do Nono Ano da Escola Municipal Professora Terezinha Paulino de Lima, doravante Escola Terezinha Paulino, instituição onde leciona a pesquisadora e cujos estudantes foram o público-alvo desta pesquisa. A frase se refere ao que se fala acerca do bairro em que ela e seus colegas vivem e estudam.

Já a pesquisa ao todo, que durou dois anos, teve como espaço pesquisado aquele localizado no entorno desta escola, periferia da cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Utilizou a materialidade presente no espaço pesquisado como fonte para as discussões sobre a construção do conhecimento histórico escolar. Por isso *em uma periferia e a partir de uma periferia*, ideia presente no subtítulo deste trabalho.

O ProfHistória foi desenvolvido buscando do pesquisador que o seu trabalho final, na condição de dissertação, tivesse, obrigatoriamente uma dimensão teórico-analítica e outra dimensão prática-propositiva. Dito de outra maneira, os estudos direcionados por esse programa de pós-graduação são voltados para o profissional da História que atua preferencialmente nas escolas públicas do Brasil, enquanto professor que deve, a partir da pesquisa histórica, propor respostas para a melhoria do ensino e da aprendizagem histórica nas instituições de ensino brasileiras. A pesquisa então, além das ações educativas e

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

estratégias didáticas junto aos estudantes, resultou no próprio texto dissertativo, na produção de um material didático e na formação continuada da professora pesquisadora.

Relevantes também para os encaminhamentos dessa pesquisa foram as atividades realizadas durante a atuação da pesquisadora enquanto professora supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência também sob a coordenação pela UFRN, na cidade de Natal. Atuando como conformadora de oito a dez bolsistas do PIBID em sua escola, a partir de estudos, planejamentos, reuniões e intervenções, a pesquisadora experienciou a interação direta entre Academia e Escola. Assim, num feedback estimulador entre o fazer da escola básica e o saber universitário, o programa possibilitou as reflexões sobre como a discrepância entre a pesquisa histórica e o saber histórico escolar precisa ser reconfigurada na nossa sociedade.

A Escola Terezinha Paulino tem seu endereço no Bairro Nossa Senhora da Apresentação, em uma localidade do município de Natal que faz fronteira com outros dois municípios da Região Metropolitana dessa capital. Crescida a partir de conjuntos habitacionais, suas áreas subjacentes foram se expandindo horizontal, formal e informalmente e a escola encontra-se em um dos bairros ditos mais violentos da capital, com sérios problemas de infraestrutura e distante dos centros comerciais e administrativos.

Isso contribui para que os arredores desta escola, espaço de vida dos seus alunos, sejam inseridos em um discurso homogeneizante, que para além dos constatados entraves urbanos, desconsidera toda uma heterogeneidade que pode ser exemplificada em sua materialidade. E o conceito de periferia presente neste trabalho se refere justamente a essa condição de afastamento de trabalhadores pobres para lugares excludentes, estereotipados ao longo do tempo e formador de estigmas. Problemas reais e problemas simbólicos vividos pelos alunos e alunas dessa escola.

A Zona Norte, por sua vez, fica “do outro lado da ponte”, como se costuma dizer na capital potiguar, numa denominação que, de pronto, revela o teor de separação dessa região com o restante da cidade. Separação não apenas geográfica nesse caso, mas também e, sobretudo, simbólica. E mesmo que esse espaço urbano venha crescendo rapidamente em termos populacionais e territoriais nas últimas quatro décadas, comportando hoje grupos

sociais heterogêneos, as falas sobre ele apresentam ainda hoje um caráter reducionista, que afeta os alunos da escola no seu cotidiano, fazendo-lhes estigmatizar os estereótipos a eles imputados.

Os resultados aqui mostrados explicitam respostas para algumas das perguntas principais buscadas pela pesquisa: como se formou no tempo o crescimento urbano desse espaço onde os estudantes vivem hoje? De que maneira relacionar essa construção histórica à história canonizada nos livros didáticos? E que estratégias didáticas podem ser utilizadas para abordar tal discussão de uma maneira que os estudantes percebam que História não é apenas um decorar de conteúdos conceituais?

Nesse ínterim, os objetivos dessa fase eram compreender a formação histórica do espaço pesquisado para em seguida serem pensadas soluções para o trabalho da pesquisadora na sua escola. Sendo que na parte da pesquisa relatada neste trabalho, mostra-se como se deu essa formação histórica do espaço pesquisado.

Da modernização à periferização

Na Escola Terezinha Paulino, por meio de seu Projeto Político Pedagógico (ESCOLA, 2011) e acordando com o que lhe é direcionado pelos documentos oficiais da Educação brasileira, aos professores é indicado o trabalho por projetos que sejam multidisciplinares ou interdisciplinares. Nesta pesquisa há um estudo que abrange mais de uma disciplina, “um esforço comum de pesquisa conjugando diversas áreas e uma participação de diversas áreas do conhecimento num campo comum de pesquisa” (CARNEIRO, 1995, p. 103). Isso significou orientar os alunos a perceberem que o conhecimento em si não é compartimentado, visto que “todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos” (BRASIL, 2013, p. 28).

Tal confluência de saberes também se fez presente na parte da pesquisa aqui compartilhada, quando foi necessário recorrer aos geógrafos, aos cientistas sociais e urbanistas que há mais tempo pesquisam os processos de metropolização, periferização e exclusão social a partir da materialidade da cidade de Natal, inclusive sobre as adjacências

da escola. Além disso, sabendo que o estudo das cidades necessita de confronto e de diálogo entre várias ciências – ao que junta a pouca produção historiográfica em si sobre esse recorte espacial – foram estudadas dissertações, monografias e outras obras para além da ciência histórica que pudessem ajudar no entendimento da historicidade das adjacências da Escola Terezinha Paulino.

Natal faz parte de uma Região Metropolitana (RM) desde a instituição da Lei Complementar Número 152/1997 e atualmente os municípios que compõem esta RM são quatorze. Mas, essa RM “não tem um perfil bem definido, nem caracterização própria, muito menos identidade metropolitana” (CLEMENTINO; PESSOA, 2009, p. 78-79), pois mesmo que Natal tenha destaque quanto às influências econômicas junto aos outros municípios, é complicado considerá-la metrópole se estivermos comparando-a com cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Assim, a RMNatal, funcionalmente falando, é uma “área urbana metropolizada” (CLEMENTINO et al, 2015, p. 420 – 421).

A discussão sobre metrópoles foi relevante para esta pesquisa, pois diariamente, os estudantes da Escola Terezinha Paulino enfrentam desafios de locomoção e de adequação identitária devido à ausência das políticas públicas que deveriam ser implantadas tendo em vista uma comunicação entre os municípios de uma área metropolizada. Nos limites do Bairro Nossa Senhora da Apresentação é visível a interação entre parte dos moradores de Natal e São Gonçalo do Amarante nas regiões fronteiriças Oeste e Sul da Zona Norte onde está localizada a escola. A região aproximada de moradia da maioria dos estudantes da escola, que ultrapassa em muito os limites oficiais do bairro.

As expressões “do outro lado da ponte” ou “do outro lado do rio”, justificadas pelo desenvolvimento urbano tardio da região, se considerando que este aconteceu mais acentuadamente apenas nas últimas décadas do século passado, são expressões razoavelmente incoerentes, quando se percebe que desde a colonização do território potiguar, houve ocupação em alguns lugares que hoje são bairros da Região Administrativa Norte de Natal (Zona Norte). Na análise de Jocélia de Araújo (2004, p. 25), a condição de “outro lado”:

Não é uma realidade peculiar à Zona Norte, mas àqueles que vivem nas periferias das grandes cidades brasileiras, por não terem acesso às áreas de melhor localização residencial, face ao valor do solo urbano, que é alto nas áreas que apresentam um conjunto de benfeitorias urbanas e mais baixos quando essas são escassas. [...] Kowarick (2000, p. 93), nos afirma que [...] Trata-se de uma identidade social fortemente marcada pelo ressentimento de que advém de um traço inferiorizador de *status* decorrente de uma residência ‘mal localizada’.
(Grifos da autora)

Visto que a Zona Norte cresceu inserida num contexto de urbanização voltada para os grupos menos privilegiados economicamente da sociedade, pode-se perceber que falar em “outro lado da ponte” é mais do que uma referência territorial. Para além da localização material desse espaço, há também uma construção que coloca os seus moradores numa posição inferiorizada. Fez-se necessário, então, “ressignificar” essa região, cujo crescimento configurou um dos fenômenos mais importantes da urbanização de Natal como um todo, marcando as últimas décadas da história dessa cidade, aquém de todos os estereótipos que carrega.

A produção das periferias urbanas na cidade de Natal pode ser notada desde antes de sua explosão populacional, desde sua fase de modernização urbana nos primeiros anos da República Brasileira, quando da introdução de inovações tecnológicas. De acordo com Caio Silva (2012) isso é perceptível desde fins do século XIX e início do século XX, quando das ações dos primeiros governos republicanos que constituíram alterações na malha urbana da cidade – centro das relações do poder – seguindo preceitos do sanitarismo. Retirantes fugidos das secas eram alvos de ataques disseminados pelos discursos médicos das elites locais e enviados a ocupar as regiões mais distantes da cidade, numa política de saúde pública que favorecia a exclusão social desses cidadãos.

Entre 1939 e 1945, a cidade foi ponto estratégico da aviação, absorvendo investimentos devido à ocupação passageira dos estadunidenses, quando da Segunda Guerra Mundial. Natal passou então por um crescimento geográfico e simbólico, físico e político: oportunidades de emprego, de moradias e de melhoria de vida traziam migrantes do interior do estado, apontam Giovanne Filho e Rudá Pinho (2014). Houve melhorias com o incremento da vida econômica e estímulo ao setor imobiliário. Adelino Silva (2001) afirma, entretanto, que a população duplicou praticamente em tamanho à época, o que

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

trouxe impactos econômicos e sociais, um crescimento rápido e desordenado, o qual inflacionou o quadro habitacional.

De acordo com Arthur Torquato (2011), após o final da Guerra e com o retorno dos estadunidenses ao seu país, políticas públicas continuaram a implantar modificações urbanas em Natal seguindo o discurso modernizador das elites políticas e intelectuais. Construção de avenidas, abertura de ruas que ligaram áreas “centrais” e “exteriores” da cidade como escreveu Câmara Cascuda (1999, p. 245-262); construção de praças, obras de pavimentação, eletrificação e saneamento, principalmente em bairros de trabalhadores eram modificações utilizadas para propagandear a continuidade de uma suposta modernidade de Natal.

Suposta modernidade, porque os investimentos urbanos não diziam respeito às transformações sociais de melhorias profundas na educação, transporte ou saúde, por exemplo, mas apenas às obras urbanísticas como se só a existência delas fosse suficiente para tornar Natal uma cidade que caminhava para o progresso, ainda segundo Torquato (2011). É nesse período, no início de 1950, que foi aberta a estrada da Redinha (Av. Dr. João de Medeiros Filho) e início de uma área comercial que ao longo dos anos adquiriria enorme relevância econômica, social e política para a Zona Norte.

Nos anos 1960 e 1970, a partir de novas políticas habitacionais que não diziam respeito mais puramente a questões paternalistas, conservadoras e higienistas do início do século XX, mas também “encarnavam discursos renovados de pensamento progressista, modernizador e inclusivos (sócio-espacialmente)”, conforme Caio Silva (2012, p. 60 - 88), houve um enorme crescimento das periferias, especialmente a Zona Norte. Para além do surgimento de favelas, foi para essa região de Natal onde se destinaram os projetos de conjuntos habitacionais e as ações de parcelamento dos solos destinados aos trabalhadores moradores mais pobres.

A cidade havia crescido, mas com graves problemas de infraestrutura. Os moradores de Natal tinham que conviver com: inundações frequentes; falta d’água potável decorrente de um ineficiente sistema de fornecimento hídrico; monturos de lixos jogados pelas ruas – especialmente na região do que hoje é o bairro de Igapó (no caminho do futuro bairro de

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Nossa Senhora da Apresentação); iluminação insuficiente; transportes públicos precários; subúrbios isolados; aumento populacional sem postos de trabalho; favelas em crescimento; lugares insalubres como pensões nos centros da cidade acusados de serem causadores de doenças físicas e morais; miséria e fome. (SILVA A., 2011).

Nesse processo, a Zona Norte, que até fins do século XIX e meados do século XX, tinha como pontos mais ocupados o povoado de Igapó (Aldeia Velha), primeiro de seus núcleos de moradores, e uma vila de pescadores na Redinha também passava a ser um dos espaços voltados para implantação de políticas para habitação. No início da década de 1970, esse espaço possuía uma característica rural (várias propriedades rurais de tamanho variado, com poucas atividades agropecuárias). Mas, “em menos de vinte e cinco anos passou a abrigar 40% de toda a população de Natal e 35% dos domicílios” (SILVA A., 2003).

Com Natal participando da política de industrialização nacional, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), deram-se os principais fatores que contribuíram para a expansão horizontal da cidade em direção ao norte. Através de incentivos fiscais e financeiros, empresas nacionais e estrangeiras se estabeleceram no local e a sua presença, juntamente com a esperança de emprego e renda, atraíram a população migrante que almejava melhores condições de vida. O que, por sua vez, forçou o poder público a investir em políticas públicas urbanísticas. (MEDEIROS S., 2007).

Na década 1980 ocorreu uma intensa mecanização do setor salineiro e do agronegócio no Rio Grande do Norte, causando desemprego no interior do estado. Isso aliado ao surgimento de vagas de trabalho em Natal, com a implantação do Distrito Industrial de Natal (DIN), fixado justamente do “outro lado da ponte”, impulsionou-se uma série de investimentos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Nesse período, foram criados vários conjuntos habitacionais nessa região suburbana já em formação periférica.

Com a construção da ponte de concreto (Ponte Presidente Café Filho), com a melhoria da BR 304 e com a implantação do DIN, ocorreu o despertar do interesse imobiliário para a região. Nessa época se deu o (re)loteamento do solo, o aumento da população e o descontrole da divisão desse solo. A partir de 1990, com a duplicação da

ponte de concreto, houve o aumento da capacidade do fluxo viário. “O mercado de terras, seja em loteamentos regulares, irregulares ou clandestinos, seguia de perto a 'trilha' dos investimentos estatais, aproveitando a infraestrutura trazida pelos conjuntos” (SILVA A., 2003, p. 136).

Para além da oferta de postos de trabalho na indústria, alguns outros fatores econômicos contribuíram para que, a partir da década de 1990, a dinâmica territorial metropolitana de Natal em direção ao norte decorresse da reestruturação do turismo principalmente, e do desenvolvimento das atividades de carcinicultura e piscicultura. Importante também foram os negócios imobiliários, o melhoramento da infraestrutura e a oferta de serviços. (GOMES, 2009).

A construção da BR 101; o aumento da oferta de escolas e clínicas médicas; além da chegada de grandes supermercados e *shoppings centers* são exemplos do crescimento urbano da Zona Norte. Paulatinamente, muitos moradores dessa região não precisariam mais nem atravessar para o outro lado da cidade todos os dias, como acontece hoje e dependendo de onde haja oferta de trabalho. Alguns alunos da Escola Terezinha Paulino das turmas de 2018, por exemplo, ainda nem precisaram sair dessa região, como testemunhado pela autora ao conversar com alguns deles sobre isso. O que não se configura ainda como um processo de gentrificação propriamente dito, entretanto, mas apenas uma valorização imobiliária de certas áreas em detrimento de outras.

Os conjuntos habitacionais da Zona Norte apareceram como uma resposta ao aumento populacional, e num fenômeno de *feedback* o inverso também aconteceu: a cada novo conjunto habitacional, mais pessoas procuravam a Zona Norte para morarem, mesmo que não pudessem pagar pelas casas que eram construídas a financiamentos não pagáveis por trabalhadores mais vulneráveis. Para estes, os loteamentos nem sempre legalizados e as ocupações/invasões eram a opção.

Não se pode esquecer que durante todo o século XX, ainda, em alguns momentos mais do que em outros, um fator que fez crescer o número de pessoas que buscavam a capital e, conseqüentemente, nas últimas décadas, a região de moradia dos alunos, foram as secas. Provocadas pela escassez de chuvas e pela ineficientes políticas públicas para

garantir a sobrevivência das pessoas no interior do estado, os períodos de seca intensa marcaram a migração intraestado e ocasionou um acentuado inchaço populacional.

Uma história do entorno da escola a partir de sua materialidade

De acordo com dados governamentais, o bairro Nossa Senhora da Apresentação, onde está localizada a Escola Terezinha Paulino, teve seus limites definidos pela Lei nº. 4.328, de 05 de abril de 1993, oficializada quando da sua publicação no Diário Oficial do Estado em 07 de setembro de 1994. Formado por conjuntos habitacionais, loteamentos e aglomerados subnormais, hoje, possui diversos equipamentos e serviços destinados ao lazer, à educação, à saúde, à segurança pública, além de feiras-livres. (NATAL, 2008).

Entretanto, as condições urbanas ainda são inadequadas nesse bairro. Nele, historicamente, houve um parâmetro desigual de crescimento, que gerou percepções fragmentadas acerca do bairro pelos seus habitantes, incidindo nos discursos sobre o cotidiano. As condições de vida, e de acesso à moradia e a serviços de necessidade básica, se tornam diferenciadas dentro de um único bairro: os espaços de pobreza e espaços elitizados existentes revelam as contradições ali vividas, com seus estigmas e preconceitos cotidianos; e cuja “urbanização parece não garantir por total a promoção da cidadania para alguns moradores” (SILVA C., 2013, p. 3-14).

Ao serem perguntados sobre qual o pior dos problemas infraestruturais e da oferta de serviços do bairro em que vivem, a maioria dos alunos respondeu que o maior dos problemas era a “segurança pública ineficiente” (trinta e sete, ou 46%). Em segundo lugar, a “pavimentação inadequada” (dezesseis, ou 20%). Depois, “escolas, postos de saúde e policiais em quantidade insuficientes” (doze, ou 15%). Problemas relacionados à ausência de áreas destinadas ao lazer, iluminação pública e saneamento básico foram menos citados como o principal problema encontrado. E nenhum dos alunos mencionou problemas com os transportes públicos e coleta de lixo. (FERNANDES, 2018).

O discurso sobre a violência nessa parte da cidade é muito recorrente. Os alunos já internalizaram esse discurso. A violência existe e a cada dia mais casos de crimes são

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

reportados nos meios de comunicação. Entretanto, um grande desafio é dimensionar o quanto dessa violência está intrinsecamente relacionada à periferização desse espaço. A conscientização sobre a falta de oferta de equipamentos e serviços públicos, e dos efeitos que isso pode causar no lugar em que se vive pode dar um indício de como essa discussão precisa ser feita com os alunos.

Mas, são dos bairros de São Gonçalo do Amarante, município onde Natal já transborda sobre, de onde vem muitos dos alunos e alunas da Escola Terezinha Paulino das turmas foco da pesquisa. Nesse município, as dinâmicas socioespaciais e as transformações territoriais ocorreram de forma intensa nos últimos anos. A partir da década de 1970, o transbordamento da malha urbana de Natal sobre suas áreas limítrofes já aumentava consideravelmente, mas atualmente se verifica um processo de urbanização de áreas classificadas como rurais. Verificou-se assim que:

a proliferação de “condomínios fechados” nas áreas rurais, constituindo-se como verdadeiros loteamentos fechados com características mais urbanas que rurais, especialmente nas áreas limítrofes entre os municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante, às margens da BR 406. (TINÔCO, 2008, p. 16).

O número de estabelecimentos agropecuários de São Gonçalo do Amarante caiu, ao passo que as atividades dos setores de serviços e industriais foram fortalecidos. Muitos territórios agropecuários foram disponibilizados para ocupação urbana, trazendo “a especulação imobiliária, a demanda por habitação, as indústrias, o comércio e os serviços” (TINÔCO, 2008, p. 55) de um lado, e de outro, resistência a esse processo, a partir da produção agropecuária, das reservas florestais, das áreas protegidas e dos assentamentos agrários.

Por fim, com a construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, suas localidades ao redor sofreram e sofrem um acelerado processo de transformação do uso do solo, pressionados pelo capital imobiliário em desrespeito a muitas áreas agrícolas. Apresenta-se como uma área de transição entre a zona rural e a zona urbana, com espaços voltados para a produção agrícola e espaços voltados para a habitação com característica urbana. “Cessa-se a produção agropecuária, suprime-se a cobertura vegetal existente,

cortam-se as relações sociais e de trabalho ali consolidadas e instala-se uma micro-cidade”, afirma Tinôco (2008, p. 56-71), no que ele considera ser uma transformação radical.

Dito isto, ao se descobrirem os processos históricos de periferação e de modificação de áreas de subúrbios que produziram as adjacências da Escola Terezinha Paulino de Lima, descobrem-se também muitas das características e dos acontecimentos dos séculos XX e XXI. Essa descoberta foi transformada em mediação da construção do conhecimento histórico nas turmas de Nonos Anos do ensino fundamental, na parte da pesquisa dissertativa comunicada. Para isso, a materialidade desse espaço, na heterogeneidade de seus prédios e ruas, dos espaços de lazer e dos seus vazios territoriais, além da observação quanto aos problemas infraestruturais e identitários, serviram de eixo-temático que ligou os conteúdos programáticos para esse nível de ensino.

Construção do conhecimento histórico muito além dos livros didáticos

Discussões ainda sobre fronteiras físicas e simbólicas quando falamos de bairros, municípios e regiões metropolitanas; tensões sociais entre moradores de lugares circunvizinhos, revelando diferenciações espaciais marcantes; e os próprios conceitos de periferia, centro, subúrbio, exclusão social, estereótipo, preconceito e estigmatização. Todos esses temas perpassaram o trabalho docente na periferia pesquisada, tendo a própria periferia em sua materialidade, portanto, ora como fonte histórica para a compreensão do local e do geral, ora como objeto de estudo da história.

Assim, ao pensar problemas reais, pautá-los em estudos que abordam os discursos atuais, na memória e no método histórico acessível aos estudantes do ensino fundamental; procurando relacionar acontecimentos locais com outros que costumamos chamar de brasileiros ou gerais; utilizando o livro didático do aluno como mais um material a ser abordado em sala de aula e não como uma cartilha que se tem que “bater de capa à capa”; e criando os próprios materiais didáticos a partir da realidade de cada turma, foram algumas das principais estratégias encontradas.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Uma das atividades mediadas, por exemplo, foi estimular os alunos a buscarem lugares marcantes da história na cidade. Eles e elas deviam procurar na Internet imagens do passado e do presente de lugares em Natal que considerassem importantes e que poderiam inclusive ser tombados. Os lugares selecionados, como previsto pela pesquisadora, foram aqueles vistos na publicidade turística, no patrimônio institucionalizado e grandes empreendimentos industriais e comerciais. Apenas um aluno mencionou a própria escola, conforme apresentado em sala de aula no mural produzido.

Com essa estratégia, inseriram-se os alunos na discussão sobre lugares de memória, ou ainda sobre patrimônio histórico. Nesse sentido, o fato de os alunos não relacionarem o espaço em que vivem como lugares importantes para a história na cidade, caminha ao encontro do que Sandra Pesavento (2007) analisa sobre a centralidade de uma cidade enquanto lugar dotado de carga simbólica. Para ela,

A rigor, se poderia dizer que cada cidadão escolhe seus pontos de atenção e referência para se situar no tempo e no espaço urbano. *Eu conheço um lugar*, costumamos dizer, implicando com isto que nos referimos a um recanto da cidade especial para nós, que nos toca de maneira particular. Mas também podemos ter sido induzidos, educados e ensinados a identificar lugares de uma cidade, partilhando das mesmas referências de sentido, em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo. (Grifos da autora).

Desse modo, as cidades possuem história e memória e os centros dessas cidades, comumente denominados de centros históricos e/ou culturais funcionam como “padrões de referência identitária para uma cidade”, ainda conforme a autora. Mesmo que essas identidades sejam consideradas fabricadas. O que não significam dizer que são falsas.

Outra análise também pode ser relacionada justamente devido à experiência periférica desses estudantes. Não foram citados lugares do cotidiano dos discentes, não apenas porque eles e elas não conseguiram identificar algo de excepcional, ou porque foram ensinados que o patrimônio histórico e cultural material de Natal se encontra apenas no comunicado pela mídia hegemônica. Mas também, e principalmente, porque a identidade do espaço desta pesquisa está impregnada de estigmas, os quais fazem os alunos não

enxergarem-no como partícipe da História de Natal, ou ainda da História tendo Natal como palco dos acontecimentos, mesmo e até por suas próprias complexidades.

Outro fator, mas não menos relevante, que turva o olhar do aluno é a história cuja qual ele ainda tem mais acesso: aquela dos registros escritos de visão macro, da chamada História Geral ou do Brasil, dos grandes líderes, dos eventos espetaculares, dos marcos, das invenções. O cotidiano, o dia-a-dia, o que se faz rotineiramente e, ligada a essa ideia, as pessoas comuns, com seus trabalhos e problemáticas da simplicidade do viver ainda não foram apreendidas como tendo valor histórico nas escolas.

Nesse ínterim, a pesquisa concluída, com outras várias atividades trabalhadas, as quais em outros trabalhos serão relatadas, procurou conciliar conceitos, procedimentos baseados no método histórico e atitudes para formar cidadãos que devem perceber o valor da História no seu cotidiano. Que devem se compreender parte integrante dos processos históricos e que mesmo por isso, precisam lutar por melhorias nas suas condições de vida para, quem sabe um dia a sua condição de morador ou moradora de uma periferia, seja realmente apenas uma referência territorial.

Considerações Finais

Quando se analisa as políticas públicas destinadas à habitação e que aceleram o crescimento horizontal da cidade de Natal é possível concluir que entre permanências e rupturas, apesar de possibilitarem a aquisição da casa própria por parte de uma parcela da população trabalhadora, ainda continuam levando para longe dos centros das cidades e, portanto para longe das já mais estruturas ofertas de serviços e equipamentos urbanos, a população com menor poder aquisitivo.

A exclusão seja a social, a cultural, ou econômica está relacionada principalmente aos direitos dos cidadãos, o que remete à noção de pobreza da população, sendo esta a privação de direitos básicos dos cidadãos. Essa população privada de seus direitos comumente vive em locais excluídos do padrão territorial comum, como nos loteamentos irregulares. A exclusão aliada a sua espacialização, é o que pode ser chamado de

segregação, pois esses indivíduos perdem até os seus direitos inalienáveis. (MEDEIROS A., 2013).

As questões sobre o direito à habitação, aos serviços e equipamentos urbanos, à segurança pública, ao ir e vir, à cidade, portanto, todas podem ser utilizadas no ensino fundamental. São eixos-temáticos que, utilizadas metodologias voltadas baseadas no método histórico e enfatizando-se problemas reais que cercam a vida dos estudantes estimulam discussões, pesquisas, debates e posturas desses jovens que hoje estudam nas escolas de nível básico e que têm potencial para contribuir com o lugar em que eles existem num futuro bem próximo.

Ao perceberem, por exemplo, a heterogeneidade do seu lugar de vida, devem diminuir estigmas relacionados à exclusão social que usualmente os fazem dizer frases como as do título deste trabalho. Ao serem perguntados se gostavam do lugar em que vivem, 73,9% dos alunos entrevistados responderam que sim. Dimensionar esse resultado se torna um desafio quando os próprios alunos reclamaram tanto dos problemas infraestruturais e de oferta de serviços presentes nesse espaço. Mas, ao mesmo tempo, é um resultado que sinaliza uma satisfação dos alunos com o lugar em que se vive apesar das visões reducionistas sobre suas origens habitacionais.

A relação entre conteúdos conceituais locais e gerais; a reflexão sobre a formação da materialidade socioespacial do espaço estudado; a compreensão de que os problemas desse espaço não se resumem à insegurança; a apropriação dos lugares em que habitam e se socializam, como a própria escola, enquanto espaços de memória tangíveis; o estímulo à busca por atitudes, mostrando lutas de moradores; o conhecimento de si e de seus direitos; e ainda a sensibilização quanto às possibilidades de aprofundamento dos laços de solidariedade e sociabilidade nos arredores da escola. Tudo fez parte dos resultados dessa pesquisa que neste trabalho apenas uma parte foi apresentada.

O aprendizado da história pode, a partir dos questionamentos do presente, buscando no tempo, os exemplos e as ausências, pelas fontes e sobre estas, a construção de explicações e inspiração para soluções, ajudando os alunos a se questionarem como historicamente a cidade pelo trecho em que eles vivem se formou e por quais meios eles

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

conceberam essas percepções da realidade. A História pode ajudar os estudantes a não apenas compreenderem tudo isso, mas a pautarem ações para a resolução desses e de outros dilemas da sociedade que os cerca.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jocélia Carvalho de. **Outra leitura do “outro lado”**: o espaço da Zona Norte em questão. 2004. 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional De Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARNEIRO, Sônia M. M. Interdisciplinaridade: um novo paradigma do conhecimento? **Educar**, Curitiba, n. 10, p. 99-109, 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; FERREIRA, Ângela Lúcia. **Natal**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 430 p. (Metrópoles: Território, Coesão Social e Governança Democrática).

CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; PESSOA, Zoraide Souza. **Natal**: Uma metrópole em formação. São Paulo: EDUC, 2009. 342 p.

ESCOLA Municipal Professora Terezinha Paulino de Lima. **Projeto Político Pedagógico**. Formulado em 2011. Válido até 2017. Natal, RN, 2011.

FERNANDES, Cícera Tamara Graciano Leal da Silva. **Pesquisa e ensino na história escolar**: o contexto urbano da Escola Terezinha Paulino em Natal-RN. 2018. 171 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - ProfHistória) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FILHO, Giovanni R. P. Bentes; PINHO, Rudá S. de. Uma Nova Natal, um novo olhar: memórias e representações de um conjunto habitacional. **Revista de História Bilros História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)**, v. 2, n. 2, jan./jun. 2014, p. 25-39.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Dinâmica territorial do espaço metropolitano de Natal. In.: CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Et al. **Natal**: Uma metrópole em formação. São Paulo: EDUC, 2009. p. 49-72.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

MEDEIROS, Amanda Kellen Silva de. **Exclusão social e projetos habitacionais:** Um estudo sobre os conjuntos habitacionais, segregação e exclusão social em Natal/RN. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz. **A casa própria: sonho ou realidade?** Um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

NATAL. SEMURB. **Conheça melhor o seu bairro - 2007:** Nossa Senhora da Apresentação. Natal: SEMURB, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos.** 05 jan. 2007.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **Depois das Fronteiras:** A formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal - RN. 2003. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

SILVA, Anelino Francisco da. Migração e crescimento urbano: Uma reflexão sobre a cidade de Natal, Brasil. **Scripta Nova**, n. 94, 1 ago. 2001.

SILVA, Caio Cezar Gabriel e. **A Confluência dos Olhares:** Compreendendo o bairro Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN, a partir da percepção popular da segregação e da violência. 2012. 264 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

_____. **As contradições socioespaciais internas de uma periferia urbana:** o estudo de caso do Bairro Nossa Senhora da Apresentação – Natal/ RN. XXVII Simpósio Nacional de História. Anais... Natal: UFRN, 2013.

TINÔCO, Leonardo Bezerra de Melo. **Áreas de transição rural e urbana em São Gonçalo do Amarante/RN:** elementos para delimitação do planejamento territorial. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

TORQUATO, Arthur Luís de Oliveira. **O plantador de cidades e a criação do espaço moderno:** a construção de uma Natal moderna na administração de Sylvio Pedroza (1946 – 1950). 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.